

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO

PROCESSO: 23034.016472/2023-97

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024

OBJETO: Registro de Preço Nacional para futura e eventual aquisição de equipamentos de cozinha, por parte dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Entidades Executoras

RECORRENTE 1: METALÚRGICA SKYMSSEN LTDA

RECORRENTE 2: MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA

RECORRIDA: FULL BROADCAST & ÁUDIO EIRELI

1. Tratam-se dos Recursos Administrativos interpostos tempestivamente pelas licitantes **METALÚRGICA SKYMSSEN LTDA**, doravante denominada RECORRENTE 1, e **MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA**, doravante denominada RECORRENTE 2, com fundamento no art. 165, I, da Lei nº 14.133/2021, por intermédio de seus representantes legalmente constituídos, em face de ato administrativo praticado por Pregoeiro do FNDE, pertinente à habilitação rezada no âmbito do ITEM 3 do pregão em epígrafe, pelos motivos apresentados no bojo do recurso, que serão oportunamente relatados.

2. Tais documentos, inclusive a versão PDF desta decisão, encontram-se disponíveis para consulta no Portal de Compras do FNDE – <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais/licitacoes/pregao-para-registro-de-preco-nacional/2024/pregao-eletronico-no-90011-2024-2013-registro-de-precos-nacional-de-aquisicao-de-equipamentos-de-cozinha> e constantes do Processo Eletrônico 23034.016472/2023-97, disponível para consulta.

I. DAS PRELIMINARES

3. Em sede de admissibilidade recursal, foi verificado o preenchimento dos pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de nova decisão e tempestividade.

II. DOS FATOS

4. Em 03/04/2025, ambas as RECORRENTES registraram intenção de recurso contra o ato de aceitação e habilitação da RECORRIDA. As razões recursais foram tempestivamente registradas no dia 08/04/2025, enquanto as contrarrazões, também tempestivamente, foram registradas em 11/04/2025, estando todas as peças recursais aptas a serem processadas e submetidas a julgamento.

III. DOS RECURSOS

III.1. DA RECORRENTE 1 (METALÚRGICA SKYMSSEN LTDA)

5. Em seu recurso, a RECORRENTE 1 afirma que o Edital exige que o liquidificador seja em copo de aço inox sem soldas para segurança sanitária, no entanto alega que o modelo de liquidificador apresentado pela RECORRIDA possui soldas visíveis, o que compromete a higiene e gera riscos à saúde pública.

6. Sustenta, também, que o liquidificador exigido deve ser destinado ao uso comercial, mas que o produto apresentado pela RECORRIDA é classificado como liquidificador residencial, sendo inadequado, portanto, para uso em larga escala.

7. Por fim, requer o reconhecimento da inferioridade técnica do produto ofertado pela RECORRIDA, procedendo, assim, com sua desclassificação por decumprimento das especificações técnicas exigidas.

III.2. DA RECORRENTE 2 (MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA)

8. A RECORRENTE 2 sustenta que foi incorreta a habilitação da RECORRIDA por não ter apresentado a carta de solidariedade, documento obrigatório.

9. Por isso, defende que a inabilitação da RECORRIDA é necessária, pois a ausência de documentos é um vício essencial e insanável.

10. Por fim, a RECORRENTE 2 pugna pela reconsideração da decisão e a inabilitação da RECORRIDA e, caso não seja atendido, pede que o recurso seja encaminhado à Autoridade Superior.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

IV.1. CONTRA RECORRENTE 1 (METALÚRGICA SKYMSSEN LTDA)

11. Defende a RECORRIDA que sua proposta foi aprovada em todas as fases do certame, respeitando as exigências editalícias.

12. Alega que foi tecnicamente comprovado que o equipamento é novo, sem emendas ou soldas, indicado para uso comercial, conforme descrição do edital.

13. Por isso, requer-se o imediato não provimento do recurso interposto pela RECORRENTE 1.

IV.2. CONTRA RECORRENTE 2 (MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA)

14. Em sede de contrarrazões, a RECORRIDA defende que o item 4.2 do Termo de Referência exige a carta de solidariedade apenas na assinatura do contrato, e que, portanto, a exigência não pode ser aplicada na fase de habilitação ou julgamento da proposta.

15. De forma complementar, defende que o TCU orienta que omissões formais que não prejudicam a Administração não devem levar à inabilitação e que Acórdãos daquele tribunal reforçam que documentos declaratórios podem ser apresentados posteriormente, desde que comprovem situações preexistentes.

16. Assim, pugna pela manutenção da decisão que a habilitou para o item 3 do pregão.

V. DA ANÁLISE

17. Preliminarmente, cumpre registrar que o prazo legal para decisão acerca dos recursos administrativos no âmbito do procedimento licitatório tem natureza de prazo impróprio, de modo que seu descumprimento não gera efeitos no processo nem qualquer prejuízo às partes.

18. Com relação à presente análise, importa consignar que este certame foi conduzido à luz da Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133/2021, estando a prática dos atos

administrativos relacionados ao processo licitatório submetida aos princípios insculpidos no art. 5º da referida lei, que assim dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

19. Isto posto, passo à análise do mérito.

V.1. DO SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (PRESENÇA DE SOLDA E DESTINAÇÃO RESIDENCIAL)

20. Com fulcro no art. 50, §1º da Lei. 9.784/1999, adoto, como razão de decidir, a análise, as informações, os argumentos e a decisão proposta pela área técnica, transcrita a seguir e cuja íntegra encontra-se disponível no portal de Compras do FNDE:

"1. Trata-se de resposta desta Divisão acerca do Recurso Administrativo impetrado pela licitante Skymesen SEI nº 4760519 e que pleiteia a desclassificação de sua concorrente aprovada, Full Broadcast, para o item 03 - Liquidificador Comercial de 3,5 /4,0 L, para informar o que se segue.

2. No dia 03/04/2025, a licitante Skymesen impetrou recurso administrativo, no qual questionava dois pontos específicos, relativos ao produto apresentado pela licitante Full Broadcast:

*a) Pág. 02, subitem 1.1.: "...apresenta **copo com soldas visíveis...**" (grifo nosso) e*

*b) Pág. 03, subitem 1.2.: "...após pesquisa no site do INMETRO, constatamos que o produto da marca JL COLOMBO, que foi ofertado, é classificado **como liquidificador residencial**".*

*3. Esta área técnica entende que as alegações da impetrante presentes na alínea "a" supracitada não prosperam, uma vez que as fotos inseridas em seu recurso administrativo são inconclusivas, já que sequer comprovam serem especificamente do modelo JL Colombo BR 3,5L. Ademais, ao analisar o relatório fotográfico enviado pela Full Broadcast e que integra a Lista de Verificação **SEI nº 4627296**, é possível perceber que não há nenhum tipo de solda capaz de acumular sujeira em sua superfície, como supostamente tenta demonstrar a impetrante. De forma complementar, ao consultar o site da própria fabricante JL Colombo, por meio do link: <https://jlcolombo.com.br/produto/liquidificador-35l-br/>, é possível perceber que seu copo é totalmente em "monobloco polido", fato que afasta a existência de soldas passíveis de acumular resíduos, além das declarações dadas pela própria licitante Full Broadcast, tanto no escopo dos documentos enviados na 1ª Etapa do Controle de Qualidade, como em suas Contrarrazões SEI nº 4760519, nas quais ela afirma que seu produto é "isento de soldas", fato que a vincula.*

4. Relativamente às alegações presentes na alínea "b" supracitada, esta área técnica também entende que não prosperam, uma vez que, após consulta ao Organismo de

*Certificação de Produto - OCP, Associação IEx Certificações, conforme o SEI nº 4762396, instituição registrada sob o nº 0064 no INMETRO, responsável por certificar o produto ora em análise e que detêm o escopo de acreditação específica para realizar análises relativas à segurança do objeto certificado, in verbis: "Uma das limitações da portaria é a litragem do produto (vide página 56 do documento anexo). No entanto, isso não impede seu uso comercial em hotéis, restaurantes e estabelecimentos similares, conforme descrito no manual do fabricante." Adicionalmente, o manual da própria fabricante JL Colombo, cuja foto encontra-se no **SEI nº 4762396**, menciona que "Estes aparelhos destinam-se a ser utilizado em aplicações COMERCIAIS...", assumindo assim integral responsabilidade pela vinculação assumida.*


5. Por fim, registra-se que a aprovação da Full Broadcast deve ser mantida, para o item 03 - Liquidificador Comercial 3,5 / 4,0 L."


21. Todos os documentos SEI referenciados na manifestação técnica acima seguem publicados juntamente com esta decisão na página do pregão no Portal de Compras do FNDE (vide link disponibilizado no item 2 desta decisão).

V.2. DA AUSÊNCIA DA CARTA DE SOLIDARIEDADE

22. Analisando novamente a documentação apresentada pela RECORRIDA, foi observado que, de fato, como apontado pela RECORRENTE 2, não houve apresentação da carta de solidariedade, documento este que, embora o item 4.2 Termo de Referência não tenha explicitado o momento em que sua apresentação deva ser exigida, deveria ter sido apresentado na fase de habilitação, conforme aviso publicado em 03/10/2024 no Quadro Informativo do Pregão:

03/10/2024
10:02

 Prezados Licitantes,



Esclarecemos que o Pregão nº 90011/2024, após sua suspensão, precisou ser republicado, uma vez que os documentos retornaram à fase de planejamento da contratação.

Durante a revisão, verificou-se a necessidade de reescrever as especificações técnicas dos fogões de um e dois fornos, assim como do bebedouro de 25 litros, para torná-las mais claras.

Informamos também que os endereços de entrega dos itens ainda não estão disponíveis, pois trata-se de um registro de preços nacional. O FNDE será o órgão gestor das atas de registro de preços, enquanto a aquisição será feita pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Como não é possível prever quais entes federados farão uso das atas disponibilizadas pelo FNDE, não há como antecipar os locais de entrega.

Com relação à apresentação da carta de solidariedade, esta deverá ser apresentada no momento da habilitação no pregão eletrônico.

Por esses motivos, foi necessária a republicação deste certame.

Atenciosamente.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE

23. A ausência desse documento, no entanto, não é motivo suficiente para inabilitar, de pronto, a RECORRIDA, tratando-se de típica situação que impõe ao agente de contratação o dever de diligenciar a empresa, garantindo que a atuação seja guiada pelo interesse público (art. 5º da Lei 14.133/2021) e não pelo formalismo excessivo, reiteradamente rejeitado tanto pela

doutrina quanto pela jurisprudência, como forma de assegurar a seleção mais vantajosa (art. 11, inciso I da Lei 14.133/2021).

24. Tendo esse objetivo como norte, tanto a jurisprudência quanto a doutrina mais recentes têm orientado uma atuação administrativa pautada no formalismo moderado, reconhecendo que, no âmbito das licitações, o instrumento convocatório não representa um fim em si mesmo, mas sim um instrumento para se atingir aquele objetivo almejado.

25. Nesse sentido, cumpre registrar que o E. Superior Tribunal de Justiça já assentou a validade desse entendimento, conforme se verifica no julgado a seguir:

“Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é ‘absoluto’, de tal forma que impeça o judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a administração. [...] o formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes. Segurança concedida.” (STJ – 1ª SEÇÃO, MS 5418-DF, REL. MIN. DEMÓCRITO REINALDO, DJU 1.6.98, P. 24.)

26. A constitucionalidade dessa exegese já foi, inclusive, reconhecida pelo próprio Supremo Tribunal Federal, em importante julgado da lavra do saudoso Min. Sepúlveda Pertence. Vejamos:

“Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa.” (STF – RMS 23.714/DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. em 05.09.2000, publicado no DJ de 13.10.2000, p. 21)

27. Não bastasse isso, no Acórdão 1217/2023 – Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, foi apresentada uma sequência de acórdãos paradigmáticos a fim de demonstrar a consolidação desse entendimento no âmbito daquela Corte de Contas ao longo do tempo:

“22. Não é demais lembrar que o processo licitatório é pautado pelo formalismo moderado e pela busca da verdade material. Nesse sentido, apresento os enunciados de diversas deliberações deste Tribunal:

‘A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.’ (Acórdão 830/2018-TCU-Plenário).

‘Falhas meramente formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação de licitante.’ (Acórdão 2872/2010-TCU-Plenário) .

‘Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda,

as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados." (Acórdão 357/2015-TCU-Plenário)'''

28. Por fim, em recentíssimo Acórdão (641/2025 – Plenário), ao tratar novamente do assunto, o TCU ratificou o entendimento de que a desclassificação de proposta sem a realização de diligências que poderiam sanar possíveis vícios representa afronta aos princípios da isonomia, da competitividade e da economicidade, além do disposto no art. 64, inc. I e § 1º, da Lei 14.133/2021, o arts. 39, § 7º, e 41 da IN Seges/ME 73/2022, bem como a jurisprudência daquela Corte de Contas (a exemplo do [Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário](#), relator Ministro Walton Alencar).

29. Tem-se, portanto, que eventual acolhimento das razões recursais para inabilitar a recorrida por qualquer vício plenamente sanável sem antes viabilizar seu devido saneamento seria dotar o julgamento de repudiado rigor excessivo, caracterizando não somente uma afronta ao princípio do formalismo moderado, como também do interesse Público.

30. Nessa situação e com base nas orientações determinadas por toda jurisprudência já mencionada, esta equipe de licitação decidiu pela promoção de diligência junto à RECORRIDA para que esta pudesse apresentar o documento faltante.

31. Assim, conforme faculdade prevista no art. 64 da Lei 14.133/2021 e à luz do pacífico entendimento supramencionado, no dia 12/05/2025, a RECORRIDA foi diligenciada por e-mail para que apresentasse, no prazo de 24 horas, a Carta de Solidariedade exigida no item 4.2 do Termo de Referência.

32. Em resposta, no mesmo dia em que foi diligenciada, a RECORRIDA enviou e-mail apresentando, em anexo, a Carta de Solidariedade.

33. Cumpre destacar, em complemento a tudo que já foi exposto, que admitir o envio da Carta de Solidariedade nessa fase recursal não representa qualquer espécie de privilégio para a empresa, sendo também pacífico o entendimento, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, de que diligências podem (e devem, quando cabível) ser realizadas em qualquer fase da licitação, o que inclui a possibilidade de realizá-las na fase recursal do certame.

34. Por fim, toda documentação produzida na fase recursal encontra-se disponível na página do pregão no Portal de Compras do FNDE (vide link disponibilizado no item 2 desta decisão).

VI. DA CONCLUSÃO

35. Por todo o exposto, conforme exaustivamente demonstrado acima e considerando que foram adotadas todas as providências cabíveis e legalmente permitidas para o devido saneamento da proposta apresentada, tudo em conformidade com os normativos a que se submetem os procedimentos licitatórios, ratifico a decisão de habilitação da **FULL BROADCAST & ÁUDIO EIRELI** para o ITEM 3 do Pregão Eletrônico nº 90011/2024 promovido por este FNDE.

VII. DA DECISÃO

36. Isto Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO dos RECURSOS apresentados para, NO MÉRITO, NEGAR-LHES PROVIMENTO. Mantida a decisão, encaminho-a à autoridade competente para deliberação, nos termos do art. 166, Parágrafo Único da Lei nº 14.133/2021.

Brasília, 14 de maio de 2025

Leonardo Ribeiro Azevedo

Pregoeiro(a) do FNDE